

À Vossa Excelência.Promotor de Justiça

Por este documento, informamos o descaso que a administração da Prefeitura de Unaí faz com o Departamento de Fiscalização Tributária.

Esse documento é assinado por Daison Menezes e Fernanda Conceição Rocha. **Iniciamos pelo relato do Daison:**

Tomei posse no dia 13/04/2023. Sempre tive interesse na carreira fiscal, pois possui uma remuneração atraente. Ao ingressar na prefeitura, sabia do valor baixo do vencimento, R\$2404,90 – mas tive conhecimento de uma auditoria do TCE-MG, processo nº 1072561 que teve Termo de Ajustamento de Gestão nº 1084503 que recomendava, à Prefeitura de Unaí, o pagamento do adicional de produtividade para os Fiscais de Tributos, portanto tive grandes expectativas que a remuneração pudesse melhorar.

Ao passar do tempo percebi que nosso Departamento era desprezado. Por exemplo, se um monitor estraga, pegam outro monitor usado para que possamos utilizar. Se não tiver monitor usado, ficamos sem utilizar o computador. Registra-se que, no momento, estou sem monitor a 5 dias úteis. Na minha mesa existem três monitores, nunca foram utilizados concomitantes, cada vez que um monitor estragava, traziam outro monitor usado e deixavam o monitor estragado na minha mesa. Segue foto:



Ao que parece, o nosso Departamento se tornou o destino daquilo que não tem utilidade para outros Departamentos.

A maioria dos computadores possui configurações baixas que não são adequadas para nossas tarefas diárias, por exemplo, a memória RAM de 2 gigas, configuração utilizada no ano de 2007.

O carro que a prefeitura disponibiliza para nós é incompatível para todas as necessidades que temos. Segundo os Relatos dos Fiscais de Tributos mais antigos, o Departamento está a três anos pedindo um carro novo para a administração e nunca atenderam, enquanto isso, a Prefeitura compra carros novos para outros Departamentos.

Não posso deixar de mencionar que a administração começou uma obra na prefeitura e deixou nosso Departamento, juntamente com outros, 3 meses sem ar-condicionado. As salas são, extremamente, quentes quando não possuem sistema de refrigeração. Nos dias que houve pintura externa, tivemos expediente normal, dessa forma, respirávamos tinta óleo, muitas pessoas passaram mal.

Informo ainda que os Fiscais de Tributos mais antigos, que solicitam que a Prefeitura pague cursos para atualizarem seu conhecimento, recebem resposta negativa.

O nosso Departamento é responsável pelo ingresso de milhões em receitas derivadas, temos precedência constitucional, no entanto a administração desse município despreza nossa importância. O reflexo desse menosprezo é uma arrecadação que não é efetiva.

Atualmente existe um problema grave em relação ao pessoal ocupante do cargo de Fiscal de Tributos. Por causa do baixo salário, existe uma rotação muito grande no cargo, ou seja, os servidores tomam posse, ficam alguns meses e pedem exoneração. Dessa forma, não conseguimos preencher todos os cargos vagos e quando um servidor toma posse e passa a adquirir conhecimento, pede exoneração. Esse problema foi criado com a edição da lei 3559/2018, a qual revogou a Lei 2493/2007, uma vez que o salário de Fiscal de Tributos que antes era, inicialmente, proporcional a 5,61 salários mínimos, passou a ser, nos dias de hoje, equivalente a 1.82 salários mínimos, ou seja, R\$2404,90.

Para camuflar esse problema, a Prefeitura de Unaí criou o cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal - AFRM, com vencimento inicial de R\$4406,52. Dessa maneira, desprezou todos aqueles que ocupavam o cargo de Fiscal de Tributos - FT, responsáveis pelo ingresso das receitas derivadas.

Ocorreu uma ilegalidade na criação do cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal – AFRM - pela Lei nº 3.673, de 31 de agosto de 2023.

O cargo de Fiscal de Tributos possui uma atribuição privativa que é de lançamento e constituição do crédito tributário. Essa atribuição não pode ser delegada ou avocada, em suma, é uma atribuição exclusiva, portanto nenhum outro cargo da administração pública da Prefeitura de Unaí poderia ter essa atribuição, se não o Fiscal de Tributos.

Os responsáveis pelo lançamento e constituição do crédito tributário pelo país possuem cargos com várias definições diferentes, os quais são apenas sinônimos, ou seja, **trata-se do mesmo sujeito, autoridade administrativa responsável pelo lançamento e constituição do crédito**. Senão vejamos:

- Fiscal de Rendas
- Fiscal de Tributos
- Fiscal Tributário
- Fiscal Fazendário
- Agente Fiscal de Rendas
- Auditor Fiscal da Receita
- Auditor Fazendário

Com o decorrer do tempo, os fiscos do Brasil passaram a padronizar a nomenclatura do cargo que possui a competência para lançar e contribuir o crédito, adotando o nome Auditor Fiscal da Receita, contudo as demais denominações não deixaram de existir e, em muitos municípios, esses agentes de competência privativa instituída por lei, ainda ocupam cargos com conceito diverso de Auditor Fiscal da Receita.

O Art. 142. Do Código Tributário Nacional dispõe que:

Art. 142. Compete **privativamente** à autoridade administrativa **constituir o crédito tributário pelo lançamento**, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. **A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória**, sob pena de responsabilidade funcional.

O lançamento confere liquidez (quanto ao valor) e certeza (quanto à existência) à obrigação tributária principal, além de torná-la exigível, portanto, o Fiscal de Tributos é o único cargo da administração pública de Unaí com as seguintes atribuições:

- Constituir o crédito tributário **pelo lançamento** – procedimento entendido como:
 - Verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação;
 - Determinar a matéria tributável;
 - Calcular o montante do tributo devido; e
 - Identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Importante se faz mencionar que o artigo 142 do CTN versa que o ato de lançamento é **privativo da Autoridade Administrativa**. O Código não define qual autoridade administrativa possui tal poder legal, deixando para a lei de cada ente político a incumbência de fazer essa definição.

Na esfera municipal de Unaí-MG a Lei 3159/18, de 18 de Junho de 2018, em seu Anexo VIII (ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DE PROVIMENTO DOS CARGOS DOS QUADROS PERMANENTE E EM EXTINÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG) atribui aos ocupantes do cargo de **Fiscal de Tributos**, a atribuição para efetuar o lançamento, senão vejamos:

1. Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS

2. Descrição Sintética: Compreende os cargos que se destinam a orientar e esclarecer os contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações legais referentes ao pagamento de tributos, empregando os instrumentos a seu alcance para evitar a sonegação.

3. Atribuições Típicas:

- a) instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária;
- b) coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;
- c) fazer o cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento dos tributos;
- d) verificar Balanços e Declarações de Imposto de Renda, objetivando comparar as receitas lançadas com as receitas constantes nas notas fiscais;
- e) verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica;
- f) verificar os registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes;
- g) participar da análise e julgamento de processos administrativos em sua área de atuação;
- h) emitir parecer em processos de consulta ou qualquer processo em que for instado a se pronunciar;
- i) informar processos referentes à avaliação de imóveis e pedidos de revisão de lançamento de tributos;
- j) fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas;
- k) lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita, propor a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal;
- l) promover o lançamento e a cobrança de contribuições de melhoria, conforme diretrizes previamente estabelecidas;
- m) propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal, bem como ao aprimoramento das práticas do sistema arrecadador do Município;
- n) verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, em face dos artigos que expõem, vendem ou manipulam e dos serviços que prestam;
- o) receber as mercadorias apreendidas e guarda-las em depósitos públicos, devolvendo-as mediante o cumprimento das formalidades legais, inclusive o pagamento de multas;
- p) orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições típicas da classe;
- q) elaborar relatórios das inspeções realizadas; e
- r) executar outras atribuições afins.

Considerando que tal exercício é ato privativo, conforme o aludido artigo e disposição do artigo 142 do CTN, não se revela plausível a criação do cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal com atribuições explícitas de cargo já existente.

No âmbito da União, a autoridade administrativa detentora da competência de lançamento e constituição do crédito é o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. Só ele, o Auditor, tem competência privativa para lançar, como assim determina o art. 6, I, a, da lei 10.593/2002, ou seja, nem mesmo outro grande cargo fiscal da União, Analista Tributário da Receita Federal, não possui competência para constituir o crédito tributário pelo lançamento. Em razão do caráter privativo da atribuição é que tal atividade não pode ser delegada.

Deste modo, se considerarmos que a lei que criou o cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal indicou a nova autoridade administrativa, então os Fiscais de Tributos atuantes na

administração, desde a criação da lei, não teriam a competência para lançar os tributos e constituir o crédito, o que, por sua vez, causaria insegurança jurídica no Município de Unai, pois todos os créditos constituídos com o lançamento após a criação do Cargo de Auditor Fiscal Municipal seriam inválidos, pois não existe cargo preenchido de Auditor.

Ressalte-se que a competência do lançamento e constituição do crédito não pode ser alcançada, nem mesmo, pelo Secretário da Fazenda do Município, se este não estiver investido do cargo de auditor, ou outra denominação que se queira dar ao agente público detentor de cargo de provimento efetivo, cuja lei lhe dê poderes para lançar tributo, principalmente diante do real significado e amplitude do termo “administração tributária”, oferecido pela Constituição Federal – CF/88 (artigo 37, inciso XXII) e pelo Código Tributário Nacional (artigo 142 cumulado com o artigo 194 a 200 do CTN) e de como o seu conceito está equivocado.

Podemos depreender do inciso XXII do art.37 da CF/88 que nos estados democráticos, os serviços da administração fazendária somente devem atuar com organização própria, carreira com cargos específicos e hierarquizados, alta profissionalização da competência, de tal modo que possam ser identificados e reconhecidos quer no seio do Poder Executivo, quer em relação aos demais Poderes.

Portanto a prefeitura de Unai deveria ter alterado o nome de Fiscal de Tributos para Auditor Fiscal e melhorado o vencimento inicial, inclusive deveria ter alterado um dos requisitos para provimento no cargo, atualmente, ensino médio, passando a exigir ensino superior.

A alteração do nível de ingresso em um cargo não é provimento impróprio para aqueles que estão no cargo, pois o cargo se mantém, ou seja, se a lei que institui um cargo público, por exemplo, possui como um dos requisitos de provimento o ensino médio e, passado alguns anos, a lei é alterada mudando a condição de ingresso para ensino superior, aqueles que estão no cargo se matam no cargo, pois apenas o requisito para provimento que foi alterado, isto é, não representa para qualquer efeito modificações das atribuições, dos direitos e os deveres do servidor público.

Destaco ainda que os Fiscais de Tributos, além de ter a mesmas atribuições que constam na lei de criação do cargo de Auditor, possuem duas atribuições a mais, ou seja, Os Fiscais de Tributos possuem mais responsabilidades. Segue o comparativo entre as atribuições dos dois cargos:

Auditor Fiscal da Receita Municipal

1. Cargo: **Auditor Fiscal da Receita Municipal**

2. Descrição Sintética: executar privativamente a fiscalização, planejamento, programação, supervisão, coordenação, orientação e controle das atividades, no âmbito da competência tributária municipal, em conformidade com a legislação em vigor; gerenciar e definir as políticas de tecnologia da informação, no âmbito da administração tributária municipal.

B. Atribuições Típicas:

a) instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária, desempenhar com zelo e justiça os serviços a seu cargo;

b) zelar pela fiel execução de suas funções e pela correta aplicação da legislação tributária;

c) examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;

d) fazer o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento dos tributos;

e) verificar balanços e declarações de imposto de renda, objetivando comparar as receitas lançadas com as receitas correntes nas notas fiscais;

f) verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica;

g) verificar os registros de pagamentos dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes;

h) participar da análise e julgamento de processos administrativos em sua área de atuação;

i) emitir parecer em processos de consulta ou qualquer processo em que for instado a pronunciar-se;

j) emitir parecer em processos de consulta ou qualquer processo em que foi instado a pronunciar-se;

k) informar processos referentes à avaliação de imóveis e pedidos de revisão de lançamento de tributos;

l) fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas;

m) lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame e escrita, propor a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal;

n) promover o lançamento e a cobrança de contribuições de melhoria, conforme diretrizes previamente estabelecidas;

o) propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal, bem como ao aprimoramento das práticas do sistema arrecadador do Município;

p) receber as mercadorias apreendidas e guardá-las em depósitos públicos, devolvendo-as mediante o cumprimento das formalidades legais, inclusive o pagamento de multas;

q) orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições típicas da classe;

r) elaborar relatórios das inspeções realizadas; e

s) executar outras atividades correlatas.

As atribuições do Auditor Fiscal nas letras “i” e “j” são repetidas.

Fiscal de Tributos

1. Cargo FISCAL DE TRIBUTOS

2. Descrição Sintética: Compreende os cargos que se destinam a orientar e esclarecer os contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações legais referentes ao pagamento de tributos, empregando os instrumentos a seu alcance para evitar a sonegação.

3. Atribuições Típicas:

- a) instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária;
- b) coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;
- c) fazer o cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento dos tributos;
- d) verificar Balanços e Declarações de Imposto de Renda, objetivando comparar as receitas lançadas com as receitas constantes nas notas fiscais;
- e) verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica;
- f) verificar os registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes;
- g) participar da análise e julgamento de processos administrativos em sua área de atuação;
- h) emitir parecer em processos de consulta ou qualquer processo em que for instado a se pronunciar;
- i) informar processos referentes à avaliação de imóveis e pedidos de revisão de lançamento de tributos;
- j) fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas;
- k) lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita, propor a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal;
- l) promover o lançamento e a cobrança de contribuições de melhoria, conforme diretrizes previamente estabelecidas;
- m) propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal, bem como ao aprimoramento das práticas do sistema arrecadador do Município;
- n) verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, em face dos artigos que expõem, vendem ou manipulam e dos serviços que prestam;
- o) receber as mercadorias apreendidas e guarda-las em depósitos públicos, devolvendo-as mediante o cumprimento das formalidades legais, inclusive o pagamento de multas;
- p) orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições típicas da classe;
- q) elaborar relatórios das inspeções realizadas; e
- r) executar outras atribuições afins.

As atribuições que estão em destaque são aquelas que o Fiscal de Tributos possui a mais, além das atribuições que o Auditor possui.

A alteração do nome Fiscal de Tributos para Auditor Fiscal impactaria financeiramente em 4 servidores, que ingressaram no concurso de 2019, os quais hoje ganham, mensalmente cada um, a quantia de R\$2404,90 e passariam a ganhar R\$4406,52. O salário dos servidores antigos não seria modificado, pois ao ingressarem em uma nova tabela que possui níveis e requisitos para progredir, iniciariam no nível mais baixo. No entanto o direito líquido deverá ser respeitado, não havendo a possibilidade de irredutibilidade do salário atual, portanto os salários seriam adaptados de acordo com a nova tabela.

Assinale-se que, da maneira atual, ocorrendo a convocação dos candidatos do concurso de Auditor Fiscal da Receita Municipal – AFRM, durante a vigência do concurso de Fiscal de Tributos do edital 01/2019, ocasionará a chamada **preterição arbitrária**, pois o decreto 7116/2023 prorrogou a validade do concurso constante do edital 01/2019 para mais 2 anos, findando-se em junho de 2025.

O município não pode agir de má fé, criando um cargo já existente com conceito divergente para desrespeitar a lista de classificação dos candidatos, pois isso iria de encontro com o princípio da isonomia. Do contrário, poderia criar quantos cargos fossem necessários com a mesma atribuição com o intuito de selecionar os candidatados de sua preferência.

A criação do cargo de Auditor Fiscal foi um grande desrespeito com aqueles que trabalharam durante anos em nosso Departamento. Os atuais Fiscais de Tributos sabem que as pessoas tratariam com diferença um Fiscal de Tributos e um Auditor Fiscal.

Entrei em contato com o **Delegado da Receita Federal** informando a ele que meu município tinha o desejo de criar uma nova autoridade administrativa responsável pelo lançamento e constituição do crédito tributário, não informei que o cargo foi criado para não causar problema, pois na própria descrição sintética do cargo de Auditor informa que compete ao Auditor Fiscal executar privativamente a fiscalização no âmbito da competência tributária municipal, então o Delegado da Receita Federal respondeu o seguinte:



RFOC-Equipe Nacional Especializada ITR – DF-RFB-CxCorp <equipeitr@rfb.gov.br>
Para: Daison Menezes



ter., 21 de nov. às 16:47 ☆

Boa tarde,

Se o município optar pela retirada das atribuições de efetuar lançamento do crédito tributário do cargo de Fiscal de Tributos, é hipótese de denúncia de convênio.

A princípio, só se justificaria a criação de um cargo de Auditor Fiscal Municipal se este tivesse atribuições diferentes do cargo de Fiscal de Tributos.

Se forem as mesmas atribuições, não há sentido em criar um novo cargo, bastaria que a denominação do cargo de Fiscal de Tributos fosse alterada para Auditor Fiscal de Tributos.

O novo cargo, se criado, irá demandar concurso público que demora bastante tempo.

Nesse período, o município ficaria sem o convênio de ITR, pois não pode indicar servidor que não tenha tomado posse do cargo.

Atenciosamente,

RUDINEI JUNKES
Equipe Nacional Especializada
Malha Fiscal e Convênios ITR
Delegacia da Receita Federal em Uberlândia (MG)

Apenas três Fiscais de Tributos podem fiscalizar o ITR em nosso município. Essa habilitação é complexa. Inicialmente, apenas dois eram habilitados. A Prefeitura de Unaí estava a três anos tentando habilitar o terceiro, conseguindo apenas este ano.

A criação do cargo de Auditor trouxe insegurança na arrecadação, pois se o Delegado da Receita considerar que existe uma nova autoridade, o município poderá perder o convênio do ITR, o que causaria prejuízos de mais de 5 milhões de reais por ano.

É de conhecimento da maioria dos cidadãos do nosso município sobre a anistia de multas e juros concedida através da Lei nº 3.704/2023, que teve justificativa de sua criação no art. 1º -“como medida de enfrentamento às consequências da queda do repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM”, ou seja, o Município de Unaí se encontra com receitas insuficientes sendo necessária a adoção de medidas para captá-las de forma célere, o que levou a criação da aludida lei.

Nesse passo, pode-se dizer que a função do Fiscal de Tributos é capaz de impactar significativamente nas receitas derivadas do nosso município, pois cada agente público investido no cargo tem a capacidade de captar milhões durante o ano. Deste modo, se houvesse a nomeação de candidatos aprovados no cargo de Fiscal de Tributos do edital 01/2019, considerado que há duas vagas, talvez, não haveria necessidade da criação a lei nº 3.704/2023.

A prefeitura age com irresponsabilidade, pois o Art. 11 da Lei Complementar 101 de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – informa que a efetiva arrecadação constitui um dos requisitos da responsabilidade fiscal, portanto ao impedir a posse de novos candidatos e sucatear o nosso departamento, a prefeitura se distancia da efetiva arrecadação.

A situação é tão grave que apenas dois Fiscais de Tributos são responsáveis pela maior parte das empresas de Unaí. O nosso departamento divide o pessoal por impostos, exemplo, 3 responsáveis pelo ITR, 3 responsáveis pelo ISSQN na área das empresas de construção. Se retirarmos as empresas de construção da cidade de Unaí, o restante das empresas é de responsabilidade de apenas dois Fiscais de Tributos, incluo-me entre esses. Diariamente vemos sonegações e não conseguimos notificar todos, isso poderia ser sanado, se fossem convocados os fiscais de tributos classificados, que aguardam na lista de espera do concurso de 2019. O município perde muita receita com esse menosprezo que a Prefeitura faz com nosso departamento, portanto o maior prejudicado é o cidadão Unaiense.

Seguimos com o Relato da Fernanda:

O Fiscal de Tributos Municipal contribui para realização da Justiça Social, promove a redistribuição de renda, fornece recursos financeiros para a máquina pública municipal realizar obras ou serviços, e finalmente, promove a Justiça Fiscal ao fazer com que todos paguem

corretamente os tributos, combatendo os contribuintes sonegadores, e conseqüentemente proporcionando melhores condições para que a economia obtenha uma taxa elevada de crescimento. Com a criação do novo cargo, auditor da receita municipal, faz parecer que não somos mais necessários e perdemos todo o poder inerente atribuído a nós, e que a arrecadação, força motriz de nossa estrutura, acontece de forma banalizada. Esse concurso demonstra total descaso e desrespeito conosco, que nos dedicamos em manter as engrenagens da máquina fazendária funcionando. Seu acontecimento poda nossas ações, nos tornam incompetentes e nos deprecia. Deixando-nos impossibilitados e nossos atos praticados ate hoje serão considerados nulos.

Com essa realização, insinua-se que passaremos a ser um cargo de apoio para o Auditor, quando, na verdade, nosso cargo é atividade fim do Departamento. Somos favoráveis ao acontecimento de concurso, pois a renovação é inerente a todas as carreiras; mas a forma como esse processo está sendo conduzido é totalmente ilegal e desrespeitosa e não foi pensada para resolver de forma efetiva os problemas que o departamento enfrenta.

Exatamente por atitudes assim, por decisões equivocadas daqueles que detém o poder, é que nos encontramos nessa situação problemática hoje. Querem fazer acontecer o concurso na mesma carreira, com ingresso de nível superior, dando a todos a mesma atribuição legal para o exercício de suas funções. Com a mesma competência para fiscalizar, apurar, autuar, lançar e constituir o crédito tributário. Nesta conjuntura, torna-se necessário o reconhecimento dos fiscais de tributos que pratica tais atividades, as quais serão praticadas, exatamente da mesma forma pelos futuros auditores fiscais.

Ademais, destacamos aqui alguns percalços que nós, fiscais de tributos, da prefeitura de Unaí, atuantes no ITR, encontramos em nosso exercício. Ao firmar o convênio com a secretaria especial da Receita Federal do Brasil, alguns dos requisitos, que estão descritos na instrução normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, expostos abaixo nas orientações aos municípios, deveriam ser cumpridos com exatidão.

https://www.enat.receita.economia.gov.br/pt-br/area_nacional/areas_interesse/portal-itr-1/itr-convenios-orientacoes-gerais

Área Nacional > Áreas de Interesse > Portal ITR > Celebração de Convênios - Orientações Gerais

ORIENTAÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS ITR COM A SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

As regras para celebração de Convênio relativo ao ITR estão descritas na Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.954, de 21 de maio de 2020.

Antes de efetivamente assinar o Termo de Opção pelo convênio o ente federativo deverá dispor de:

- I - estrutura tecnologia da informação suficiente para acessar os sistemas da RFB, que contemple equipamentos e redes de comunicação;
- II - lei vigente instituidora de cargo com atribuição de lançamento de créditos tributários;
- III - servidor aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos para o cargo de trata o inciso anterior, em efetivo exercício; e
- IV - ter optado pelo Domicílio Tributário Eletrônico; e
- V - ter Certificado Digital do município (e-CNPJ).

No entanto, ressalto aqui nossa indignação, haja vista que esses requisitos não estão sendo cumpridos pela administração. Conforme determina o subitem II e III, visto que a lei que criou o cargo auditor fiscal da receita municipal indica a nova autoridade administrativa, e com isso é retirada nossas atribuições para efetuar lançamento de credito tributário, e todos os nossos atos serão anulados, hipótese essa que é suscetível de denúncia de convênio. E ressalto

também a necessidade de cumprimento do subitem I, uma vez que hoje, nós que somos responsáveis pela fiscalização do ITR, não conseguimos enviar os processos, fase obrigatória do procedimento, à secretaria da RFB. Essa comunicação não acontece por não haver equipamento, maquina de scanner, que atenda a nossa necessidade.

Sentimo-nos limitados por não conseguirmos finalizar nosso trabalho como deveria, por essa omissão, perdemos prazos de documentos impugnados que deveriam ser enviados para apreciação e não podemos os conduzir.

Mesmo diante deste cenário foi notório o aumento de receita do ITR desse ano, houve ingresso de um novo fiscal de tributos que tomou posse em marco de 2023, isso ajudou consideravelmente na fiscalização e no aumento da arrecadação desse imposto. Isso pode ser visto pelos números apresentados, nossa receita em 10/2022 foi orçada em R\$3.912.000,00, no entanto a arrecadação nesse ano foi de R\$3.376.372,80, ou seja - 15,86% a menos que o previsto, e a competência de 10/2023 foi orçada em R\$4.231.000,00 e obteve uma arrecadação de R\$5.635.734,03 , portanto 33,20% a mais que o previsto. Isso mostra que mesmo com os obstáculos apresentados temos trabalhado de forma vigorosa e exaustiva.

Concluimos informando disparidade salarial dos responsáveis para fiscalização tributária nas maiores cidades do Noroeste de Minas, segue:

Auditor Fiscal – Paracatu/MG

Nome:	SAVIO BARBOSA AMANCIO
Matrícula:	11381788-5
Admissão:	07-01-2020
Tipo:	FOPAG MENSAL REFERENTE A SETEMBRO/2023
Cargo:	AUDITOR FISCAL REC. MUNIC [5.352,07]
Função:	---
Lotação:	Superintendência de Fiscalização

Código	Descrição	Proventos	Descontos
1	VENCIMENTO - 30 Dia(s)	R\$5.352,07	
556	GEF TRIBUT L.144/2020	R\$1.319,03	
632	GAAP L 161/2023	R\$2.676,15	
203	PRESERV - 14 %		R\$749,29
204	IRRF		R\$1.479,47
---	Outros	0,00	53,52

Total bruto: Início de carreira - R\$9347,25

Fiscal Municipal de Tributos – João Pinheiro/MG

Lotação	Cargo	Admissão e/ou Data Aposentadoria	Subsídio, Pensão, Vencimento Cargo Efetivo / Comissionado (1)	Vantagens Pessoais (2)	Gratificações (3)	Vantagens Eventuais e Comissões (4)
REMUNERACAO DE SERVIDORES	FISCAL MUNICIPAL DE TRIBUTOS N	03/01/2022	4.787,55	0,00	0,00	2.252,32

Total bruto: Início de carreira – **R\$7039,87**

Fiscal de Tributos – Unaí/MG

Nome: FERNANDA CONCEICAO ROCHA
 Matrícula: 14390-1
 Admissão: 03-03-2023
 Tipo: FOLHA DE PAGAMENTO DE SETEMBRO DE 2023
 Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS [2.404,90]
 Função: ---
 Lotação: DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO TRIBUTARIA
 Proventos: R\$2.404,90
 Descontos: R\$336,68

Total no período:

R\$2.068,22

Total Bruto: Início de carreira – **R\$2404,90**

Em resumo, a remuneração bruta de início de carreira:

Paracatu: R\$9347,25

João Pinheiro: R\$7039,87

Unaí: R\$2404,90

É evidente o descaso que a Prefeitura de Unaí tem com os responsáveis pelo ingresso das receitas próprias do município. Essa situação deixa o município dependente dos repasses que outros entes devem transferir.

Na página 15 e 16 desse relatório, anexamos a mensagem nº 351, de 19 de Junho de 2023 que o Prefeito de Unaí encaminhou ao Presidente da Câmara municipal de Unaí para justificar a criação do Cargo de Auditor Fiscal. No primeiro parágrafo do item 4, o Prefeito informa que o grupo de fiscais se encontra reduzido. Observa-se que o Prefeito possui ciência da falta de pessoal em nosso departamento, mas nada fez, podendo a qualquer momento convocar os aprovados do concurso de 2019 para solucionar essa situação. No segundo parágrafo do item 4, ele informa que é importante lembrar o trabalho de uma autoridade administrativa, cita o art. 3 e 142 do Código Tributário Nacional, em suma, entende-se que essa autoridade administrativa não existe no município, quando na verdade, essa autoridade administrativa é o Fiscal de Tributos. No terceiro parágrafo do item 4, o Prefeito escreve em negrito a palavra “importância” de um Auditor Fiscal, informando a constituição do crédito tributário através do lançamento, portanto ainda que o Prefeito saiba a importância do cargo que tem atribuição para lançar e constituir o crédito tributário, nada fez com aqueles que realmente tem legitimidade para exercer essa função, Fiscal de Tributos, ao contrário ele menosprezou os ocupantes desse cargo e seu departamento criando outro cargo para usurpar nossa atribuição privativa.

Solicitamos que o Ministério Público nos auxilie para que a Prefeitura Municipal de Unaí:

- Reconheça que o Fiscal de Tributos é a única autoridade administrativa competente para lançar e constituir o crédito tributário exercendo a atividade fim no Departamento de Fiscalização Tributária, pois possuímos carreira típica de Estado que exerce atividade essencial para que a própria atividade de Estado exista;
- Altere o nome do nosso cargo de Fiscal de Tributos para Auditor Fiscal da Receita e melhore o nosso vencimento inicial;
- Convoque os candidatos da lista do concurso de 2019 para nos apoiar na Fiscalização Tributária;
- Proporcione equipamentos e veículos adequados para o nosso trabalho.

Unaí - MG, 29 de novembro de 2023.

Daison Menezes

Fernanda Conceição Rocha

Encaminha Projeto de Lei que especifica.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ – ESTADO DE MINAS GERAIS.

1. Cumprimentando-a cordialmente, dirijo-me a ilustre presença de Vossa Excelência para encaminhar, por vosso intermédio, à deliberação de seus pares, Projeto de Lei que “Aumenta número de vagas, cria cargo e atribuições que especifica, extingue vagas e altera a Lei n.º 3.159, de 18 de junho de 2018, que “reestrutura o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos efetivos do Quadro Geral da Administração e da Saúde da Prefeitura Municipal de Unaí, estabelece normas gerais de enquadramento, institui novas tabelas de vencimentos e dá outras providências”.

2. Importante salientar que encontra-se em andamento no Município de Unaí, concurso público para provimento de cargos, conforme se depreende do Edital publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Unaí, sendo fundamental a criação de determinados cargos para suprir necessidade pública dos serviços existentes no Município: <http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu2/index.php/cidadao/concursos-publicos.html.html>.

3. Outrossim, cumpre ressaltar que o Município de Unaí vem expandido de forma considerável os atendimentos na área da Saúde, especialmente com a ampliação das ESFs – Estratégia Saúde da Família, o que aumenta a demanda por profissionais na área da Saúde. Ademais, muitos servidores se aposentaram ou estão prestes a requerer a aposentadoria, e estes fatores também aumentam a necessidade de profissionais, nesta área.

4. O presente projeto de lei também cria o cargo de Auditor Fiscal de Tributos, e esta é uma demanda importante vez que o Departamento se encontra com um grupo de fiscais reduzido pois são servidores com mais tempo de serviço, alguns aposentaram recentemente e outros estão prestes a se aposentar.

O Auditor Fiscal Municipal tem como responsabilidade a organização e o planejamento dos tributos do município, e auxilia o governo elaborando políticas tributárias. É importante lembrar o que o CTN (Código Tributário Nacional – Lei Federal 5.172 de 1968) nos traz a respeito do trabalho da atividade de uma autoridade administrativa. Vou listar a seguir os artigos para uma posterior contextualização.

“Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária **compulsória**, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante **atividade administrativa plenamente vinculada**.”

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.”

Assim, conseguimos visualizar a **importância** de um **Auditor Fiscal Tributário**. Somos nós que **constituímos** o Crédito Tributário, através do seu **Lançamento**, para podermos exigir do Sujeito Passivo o **pagamento** do respectivo Tributo. Ademais, as atividades são **vinculadas**, ou seja, **não há margem de discricionariedade** na apuração e constituição do Crédito Tributário, sob pena de **responsabilidade funcional**.

O Auditor é um profissional de curso superior e deverá fiscalizar tributos; Realizar Levantamentos fiscais e contábeis de contribuintes pessoas físicas e jurídicas, realizar estudos sobre a política de arrecadação, lançamento e cobrança de tributos municipais; Lavrar notificações, autos de infração e outros termos pertinentes.

Com estas considerações entendemos que pela dimensão do Município de Unai, na atualidade é fundamental a criação do presente cargo.

5. O relatório de impacto orçamentário e financeiro está sendo elaborado pelo Economista e Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, Dr. Danilo Bijos, e será encaminhado oportunamente. Segue anexa ainda, a Declaração de Ordenador de Despesas.

6. São essas, senhor Presidente, as razões que nos motivam a submeter à apreciação dessa Laboriosa Casa o incluso projeto de lei, na expectativa de que a deliberação seja pela sua **aprovação**, em **REGIME DE URGÊNCIA** sendo desnecessário enfatizar a importância dos nobres edis para sua aprovação.

7. Sendo o que se apresenta para o momento, despeço-me, reiterando a Vossa Excelência e aos demais parlamentares elevados votos de estima, consideração e apreço.

Unai, 19 de junho de 2023; 79º da Instalação do Município.

José Gomes Branquinho
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor
VEREADOR EDMILTON ANDRADE
Presidente da Câmara Municipal
CEP: 38.610-000 - Unai-MG